

Arquitetura Industrial e Natureza nas ruínas do Matadouro Imperial de Santa Cruz, Rio de Janeiro

Industrial Architecture and Nature in the ruins of the Imperial Slaughterhouse of Santa Cruz, Rio de Janeiro

Soraya Almeida*

Resumo: O Matadouro Imperial de Santa Cruz, inaugurado em 1881, é um importante representante da arquitetura industrial relacionada ao processamento de carne no século XIX. Seus edifícios mais antigos foram construídos com alvenaria de pedra seguindo padrões higienistas recomendados no período. O trabalho apresenta uma análise da planta do matadouro em sua primeira fase de funcionamento e dos fatores que levaram a modificações do projeto original. As rochas utilizadas em sua construção, hoje expostas no Palacete Princesa Isabel e nas paredes de suas ruínas, guardam registro geológicos da antiga jazida, localizada no Morro do Cruzeiro. A pedreira e as características geológicas do terreno foram determinantes na escolha do local de construção. Os dados contidos nas alvenarias e cantarias do matadouro revelam incoerências em mapas geológicos regionais publicados e demonstram a necessidade de mapeamentos mais detalhados dessa região. O trabalho também reitera a necessidade de ações que objetivem a recuperação, preservação e destinação das Ruínas do Matadouro.

Palavras-chave: Geoarqueologia. História da Mineração. Pedreira. Arqueologia Industrial.

Abstract: The slaughterhouse of the Imperial Slaughterhouse in Santa Cruz opened in 1881 and is an important sample of industrial architecture of meat processing of the 19th century's. Its oldest buildings were built with stone masonry following hygienist standards recommended at time. The work presents an analysis of the slaughterhouse plant in its first phase of operation and of the reasons that led to modifications of the original project. The rocks used in its construction are exposed in the Princess Isabel Palace and on the walls of its ruins which keep geological records of the old deposit, located in Morro do Cruzeiro. The quarry and geological features were decisive in the choice of the construction site. Data contained in the stones and masonry of the slaughterhouse reveal inconsistencies with published geological maps and demonstrate the need for more detailed mapping of this region. The work also reiterates the need for actions that aim at the recovery, preservation and destination of the Ruins of the Slaughterhouse.

Key-words: Geoaerchology. Mining History. Quarry. Industrial Archeology.

Introdução

A preocupação com as condições higiênicas dos matadouros se intensificou com o fortalecimento do movimento higienista durante o século XIX. Nas grandes cidades, os abatedouros ficavam dispersos e carnes contaminadas eram comumente usadas na

* Geóloga, graduada pela UFRRJ; mestre em Geologia pela UFRJ e doutora em Geologia na área de Petrologia e Mineralogia pela USP. Docente do Departamento de Petrologia e Geotectônica da UFRRJ desde 1994. E-mail: salmeida1966@gmail.com

fabricação de salsichas, cujo estado real era disfarçado com condimentos. Na Londres de 1874, por exemplo, existiam mais de 1400 matadouros e muitos açougueiros abatiam os animais em seus quintais (OTTER, 2006). Não sendo possível fiscalizar todos os estabelecimentos, sanitaristas recomendavam a extinção de matadouros privados e a criação de matadouros públicos.

A França foi o primeiro país a adotar a centralização ostensiva de matadouros. Em 1807, Napoleão Bonaparte ordenou a construção de cinco unidades de abate em Paris. Três anos depois, nomeou uma comissão para elaborar normas de funcionamento que garantissem as condições de higiene e, em 1818, não mais existiam matadouros privados na cidade. Os cinco matadouros parisienses foram reunidos em um único estabelecimento em 1867, o grande La Villete, cujo modelo de organização passou a ser copiado em todo o mundo (MACLACHLAN, 2007).

Em 1869, Alemanha, Suíça, Espanha, Escócia, Bélgica, Áustria e Polônia já possuíam abatedouros com estrutura semelhante ao francês (DEVRON, 1880; LABBÉ & LURIE, 2005). Na Espanha mais de 2000 matadouros foram construídos nas últimas décadas do século XIX (FUENTES et al. 2012). Portugal, no início do século XX, possuía mais de 250 matadouros, presentes em quase todas as cidades do país (VARGUES, 2014). O Brasil também adotou a ideia de instalações centrais regidas por regras higienistas e matadouros públicos foram erguidos na maioria das grandes cidades entre o final do século XIX e início do século XX (MURILLA, 2011; BOSI, 2014).

No Rio de Janeiro, um matadouro municipal funcionava desde 1853 em uma chácara de São Cristóvão, na região onde atualmente se encontra a Praça da Bandeira. Situado em área pantanosa, sem esgotamento adequado, o matadouro de São Cristóvão era fonte de grande volume de resíduos e odores. Com o crescimento da cidade, foi envolvido pela malha urbana e passou a ser alvo de reclamações por parte de moradores. Debates sobre sua transferência para a zona rural tiveram início em 1866, com participação de políticos, populares e negociantes. A autorização para a mudança foi dada pelo Governo Imperial em 1873 e o local escolhido para a construção do novo matadouro foi o Campo de São José, localizado na Fazenda Imperial de Santa Cruz (FREITAS, 1977).

O edital de concorrência, lançado em meados de janeiro de 1874, apresentava as linhas gerais a serem adotadas no projeto de construção. O contrato com a empresa vencedora, Coimbra & Farani, foi assinado em novembro do mesmo ano e rescindido unilateralmente pelo governo em 1878, sob a alegação de descumprimento de cláusulas por parte do engenheiro Augusto Teixeira Coimbra, sócio e responsável técnico da

empresa. O imbróglio envolvendo o rompimento do contrato teve implicações políticas e foi intensamente debatido na imprensa. A finalização da obra ficou a cargo do engenheiro Domingos José Rodrigues e o matadouro foi inaugurado em 1881, passando a concentrar a produção de carnes fornecidas à população da cidade do Rio de Janeiro. Durante seu funcionamento, o matadouro público foi o principal responsável pelo crescimento econômico de Santa Cruz.

O conjunto industrial era formado por um complexo de edifícios que incluía pavilhões destinados ao abate, currais, laboratório, armazéns, oficina de máquinas, edifícios de descargas, escritório, casas de funcionários, estação ferroviária e um edifício em estilo neoclássico destinado a administração central.

A economia de Santa Cruz passou a girar em torno no matadouro e o bairro tornou-se um importante centro comercial. FREITAS (1977) estima que, durante a fase áurea, duas mil pessoas circulavam diariamente no Largo do Bodegão, situado ao lado do matadouro e onde foram instaladas várias indústrias satélites e de prestação de serviço.

Com o surgimento dos frigoríficos a partir de 1940, as operações do matadouro foram reduzidas e, em 1963, ele foi incorporado ao Estado da Guanabara, passando a ser administrado pela Companhia Central de Abastecimento. Em 1977, um grande edifício, capaz de centralizar as várias etapas de abate e processamento, foi construído ao lado da antiga casa de matança. Na perspectiva da população, esse matadouro industrial, planejado de acordo com novas normas sanitárias traria de volta o antigo esplendor econômico de Santa Cruz.

Contudo, o projeto de recuperação econômica não se concretizou. Em 1990, o moderno matadouro tinha receita inferior às despesas. O número de abates mensais variava entre 200 e 460 reses, não atingindo nem mesmo 10% de sua capacidade produtiva, que era de 6000 animais/mês (O MATADOURO, 1990; ABATEDOUROS CLANDESTINOS, 1990), o que levou ao seu fechamento.

O antigo edifício da administração, popularmente conhecido por Palacete Princesa Isabel, recebeu tombamento da prefeitura em 1984 e hoje abriga o Centro Cultural Dr. Antônio Nicolau Jorge. Em 1987 foi aprovado o tombamento provisório do “prédio do antigo Matadouro Industrial de Santa Cruz”, sem maiores detalhamentos ou especificação do edifício tombado. A estação ferroviária do matadouro foi tombada em 1993 (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Em 1992, a prefeitura delimitou uma área no entorno do Palacete Princesa Isabel com o objetivo de preservar os bens musealizados tangíveis do chamado Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz (CARVALHO, 2016).

A partir de 1998, edifícios do conjunto industrial passaram a integrar a Escola Técnica Estadual (FAETEC) de Santa Cruz, que recuperou e adaptou para uso vários dos antigos prédios. Outros, todavia, permaneceram em estado de abandono e hoje, em processo de deterioração, são conhecidos como “Ruínas do Matadouro”. Entre as ruínas estão alguns dos edifícios mais antigos do matadouro, erguidos com alvenaria de pedra e argamassa de cal de conchas (ALMEIDA & IZAIAS, 2020). Invasas pela mata e frequentemente usada para atividades ilícitas, o destino das ruínas divide opiniões entre os que acreditam ser melhor sua demolição e aqueles que defendem sua preservação.

O trabalho aqui apresentado objetiva esclarecer questões relacionadas à funcionalidade arquitetônica do antigo matadouro e à influência da paisagem geológica na sua edificação. Iniciado em 2014, o estudo foi fundamentado no conceito de interdisciplinaridade, correlacionando dados históricos, geológicos e arquitetônicos, obtidos a partir de pesquisa bibliográfica e documental, estudo em campo dos edifícios, discussões com a população local, mapeamento geológico da região de Santa Cruz e análise petrográfica de cantarias e alvenarias de rocha.

A Planta Industrial

A alocação do matadouro em uma área distante da cidade seguia as normas higienistas que preconizavam a retirada desse tipo de estabelecimento dos núcleos urbanos. O distanciamento também afastava do olhar público o cenário de morte e sofrimento implícito no abate, questão que ganhava importância no período (BOSI, 2014). Muitos julgaram excessiva a distância entre Santa Cruz e a cidade, pois apesar da extensão da linha D. Pedro II até o matadouro, haveria dificuldade em manter a carne refrigerada durante o percurso, que era superior a 50 km.

O edital com as diretrizes para a construção estava em sintonia com os padrões adotados na Europa. Nele estavam previstas quatro casas de matança (uma para bovinos e três para animais de menor porte); um curral, quatro apriscos (dois para lanígeros, dois para suínos); quatro conjuntos residenciais para funcionários, cada qual com dez unidades; três armazéns para produção de sebo, cola e carvão animal, e dois armazéns para preparo de miúdos. O abate concentrado em um só local permitiria um

melhor aproveitamento de subprodutos que teriam pouco valor econômico se coletados em pequena escala, como pele, ossos, sangue e miúdos.

Os pisos das casas de matança declinariam em direção à uma praça central a fim de permitir o escoamento de líquidos. Um prédio de dois andares, destinado à administração e à residência do diretor e médicos, comporia a fachada do matadouro. Quatro casas de pesagem seriam postadas lateralmente ao edifício administrativo, à guisa de portões. O método de abate a ser adotado seria a guilhotina e os prédios conectados por linhas férreas (DIRECTORIA DAS OBRAS MUNICIPAIS, 1874; NOVO MATADOURO, 1874b).

Os detalhes paisagísticos constantes do edital, assim como os elementos neoclássicos exigidos para o prédio da administração, revelavam preocupações estéticas. O edifício administrativo deveria ter dois pavimentos, com um corpo central retangular e dois corpos laterais quadrados; paredes externas forradas de cantaria até a altura do segundo pavimento; portas com molduras de cantaria; janelas com vidros franceses e sacadas gradeadas. O assoalho seria forrado com peroba rosa e o teto com pinho sueco. A fachada seria ornada com um relógio de sino e com armas da câmara municipal moldadas em bronze. Uma avenida com faixa central gramada e ladeada por fileiras de árvores faria a ligação entre a área industrial e a zona residencial. O parque teria três tanques com repuxo e quatro chafarizes (DIRECTORIA DAS OBRAS MUNICIPAIS, 1874; NOVO MATADOURO, 1874b).

Entretanto, ao ser inaugurado em 30 de dezembro de 1881, a planta do matadouro não correspondia exatamente ao texto do edital, nem ao projeto vencedor elaborado pelo engenheiro Augusto Teixeira Coimbra. As primeiras modificações surgiram na assinatura do contrato. O orçamento apresentado por Coimbra & Farani ultrapassava em 14,4 % a verba disponibilizada pelo governo e o engenheiro Pereira Passos, então consultor técnico do Ministério dos Negócios, sugeriu a adequação da proposta (COIMBRA, 1878; 1879a). As modificações incluíam a troca de paralelepípedo por macadame na rua principal e por grama na praça central; eliminação de dois dos quatro conjuntos residenciais; supressão dos revestimentos de cantaria nas paredes externas das moradias dos trabalhadores e das casas de matança; redução da largura das calçadas ao redor dos edifícios; supressão de platibandas e cimbalhas e eliminação de duas casas de pesagem (COIMBRA 1879c).

Durante as obras, o projeto sofreu novas alterações. Por sugestão de Augusto Coimbra, as grades que contornavam o matadouro foram recuadas na direção do prédio administrativo, permitindo que a rua paralela à fachada pudesse ser usada como via de

acesso, evitando, assim, a necessidade de construção de uma avenida para uso público. Como contrapartida, foi construído um muro com mais de 2 km de extensão ao redor do matadouro. O recuo também tornou necessário o reposicionamento das casas de pesagem (COIMBRA, 1879d).

As modificações mais significativas não foram, contudo, opções de Augusto Coimbra. Em novembro de 1876, quando as obras já estavam adiantadas, o engenheiro Azeredo Coutinho, que então ocupava o lugar de Pereira Passos como consultor técnico do ministério, aconselhou a troca do sistema de abate para um sistema semelhante ao usado no Uruguai. Para que isso fosse feito, propunha substituir as quatro casas de matança por um armazém de carne e um telheiro de charqueada com área de 660 m² (COIMBRA, 1979b). Alguns dos prédios já construídos poderiam ser mantidos, mas deveriam ter suas fachadas alteradas e receber cada qual mais quatro portas (COIMBRA, 1879e; OBRAS DO NOVO MATADOURO, 1878b). O piso da casa de matança seria disposto em duas rampas destinadas ao abatimento e preparo da carne. O abate se daria por uso de estiletos, descartando as oito guilhotinas previstas no projeto original (COIMBRA, 1979e).

Em 1877, Aarão Reis, engenheiro fiscal das obras, sugeriu a colocação de um grande alpendre em frente ao depósito de carnes para serviço dos vagões (COIMBRA, 1879f).

Ao todo, nove edifícios foram modificados a pedido do governo durante o período em que Augusto Coimbra atuou como construtor. Com essas modificações, as alvenarias de três casas de matança, cujas construções já haviam sido iniciadas, foram perdidas. A quarta foi parcialmente aproveitada para a construção do tendal (COIMBRA, 1979e).

Após várias desavenças entre a empresa, a Câmara Municipal e o Ministério dos Negócios, que culminaram com a rescisão do contrato em 1878, uma comissão formada para decidir os rumos do matadouro sugeriu a continuidade da obra proposta por Azeredo Coutinho para o galpão de abate de bovinos, mas que fosse mantido o projeto original das casas de matança de suínos e lanígeros (BRASIL, 1879). Contudo, o modelo de Azeredo Coutinho também sofreu alterações, pois o termo de 3 de setembro de 1877 havia determinado que a casa de matança de bovinos tivesse 1540 m² (mais do que o dobro da área por ele sugerida). Determinava, também, que as casas de matança de animais de menor porte fossem reduzidas em 82 m² e que o curral fosse ampliado em 1280 m² (OBRAS DO NOVO MATADOURO, 1878a).

Alguns ornamentos da fachada do edifício administrativo foram removidos para adequação de custos, mas o estilo neoclássico previsto no edital foi mantido, apesar das críticas dos que julgavam haver um excesso de luxo na construção. A alteração mais significativa do projeto consistiu na união dos apartamentos do pavimento superior. Originalmente, as duas residências não seriam conectadas e possuiriam entradas laterais independentes o que, segundo Augusto Coimbra, garantiria a privacidade das duas famílias, mas Aarão Reis exigiu a construção de um corredor unindo os dois corpos (COIMBRA, 1879d). Para que isso ocorresse foi necessário diminuir a distância entre os blocos laterais, reduzir o número de janelas da fachada e construir uma passagem nos fundos dos edifícios. As escadas laterais também foram eliminadas (Figura 1)

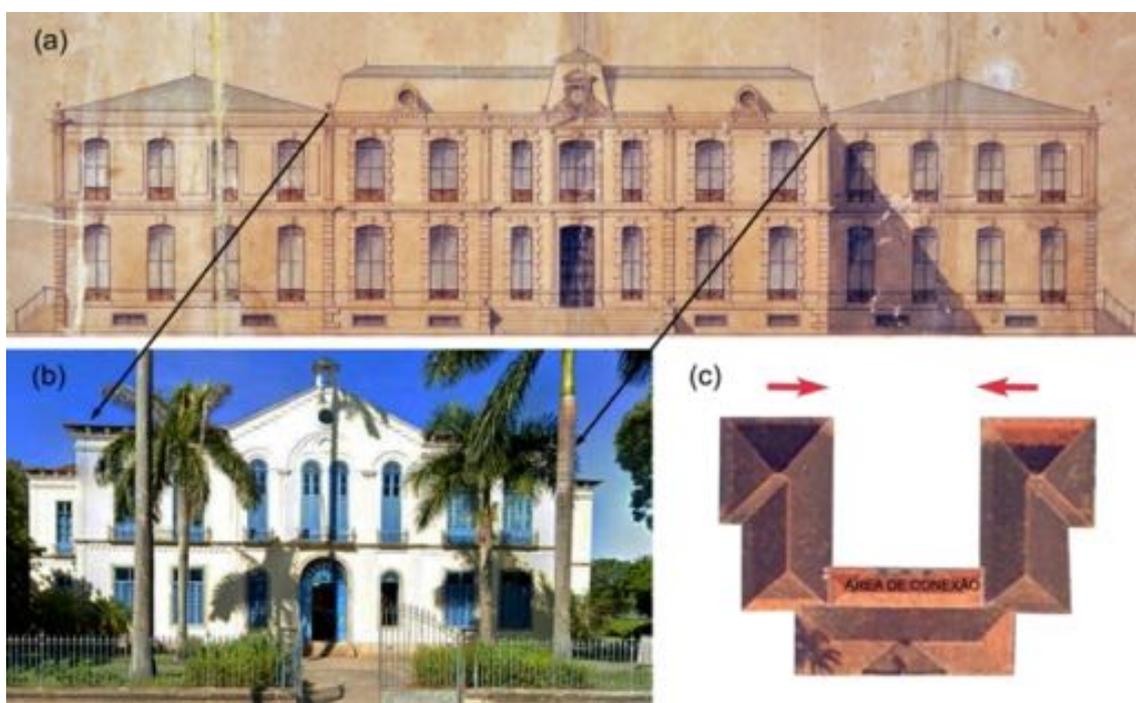


Figura 1 - (a) Fachada do edifício administrativo projetado por Augusto Teixeira Coimbra. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro; (b) fachada atual do edifício. Fonte: Google Earth (2019); (c) indicação do deslocamento dos cômodos laterais e da área de conexão acrescida à planta original.

O parque industrial inaugurado em 1881 continha, portanto, elementos distintos do projeto de Augusto Coimbra. Além das alterações mencionadas, alguns prédios previstos no contrato não foram construídos ou ganharam nova finalidade, como ocorreu com as casas de pesagem, das quais o matadouro ficou desprovido. Uma casa-de-vero-peso, como se dizia à época, foi construída posteriormente fora do perímetro do matadouro, no largo da Praça do Gado (FREITAS, 1977).

As doze plantas apresentadas por Augusto Teixeira Coimbra na disputa do edital não foram localizadas. O mapa mais antigo do matadouro, hoje disponível no Arquivo

Geral da Cidade do Rio de Janeiro, é de autoria de Manuel Alexandre Gubian (Figura 2). Gubian foi nomeado agrimensor do Ministério da Agricultura em 1874 e entre 1883 e 1895 exerceu a função de arruador na Diretoria de Obras Municipais. A partir de 1896 foi condutor técnico da Diretoria de Obras e Viação e em 1897 assumiu o cargo de engenheiro na mesma diretoria, falecendo em 1901 (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1874; CAMARA MUNICIPAL, 1885; ATA DA 13ª SEÇÃO, 1896; LAEMMERT, 1897; SAUER, 1898, 1901; ANÚNCIOS, 1901).

O mapa de Manuel Alexandre Gubian traz o ano de 1883 grafado em seu verso e não apresenta a estação ferroviária, inaugurada em 1884. Entretanto, a planta mostra a existência de uma casa de máquinas de luz elétrica, cuja instalação somente foi autorizada pela intendência municipal em dezembro de 1889, a fim de permitir exames laboratoriais durante as matanças noturnas (ACTOS OFFICIAES, 1890). O mais provável é que a casa de luz já estivesse construída em 1883, recebendo verba para instalação dos equipamentos apenas em 1889, pois, além do mapa não conter a representação da estação ferroviária, Gubian assina a planta como agrimensor, cargo que exerceu até 1883, quando foi designado arruador.

Nota-se, na imagem de Gubian, que a ala leste do edifício da administração exhibe um prolongamento não compatível com às especificadas no edital. Esse prolongamento pode ser representativo de um telheiro posteriormente retirado ou um erro de traçado, corrigido pela a linha que define o limite da fachada, que é nítido na imagem e coincidente com a fachada atual e com as especificações do edital.

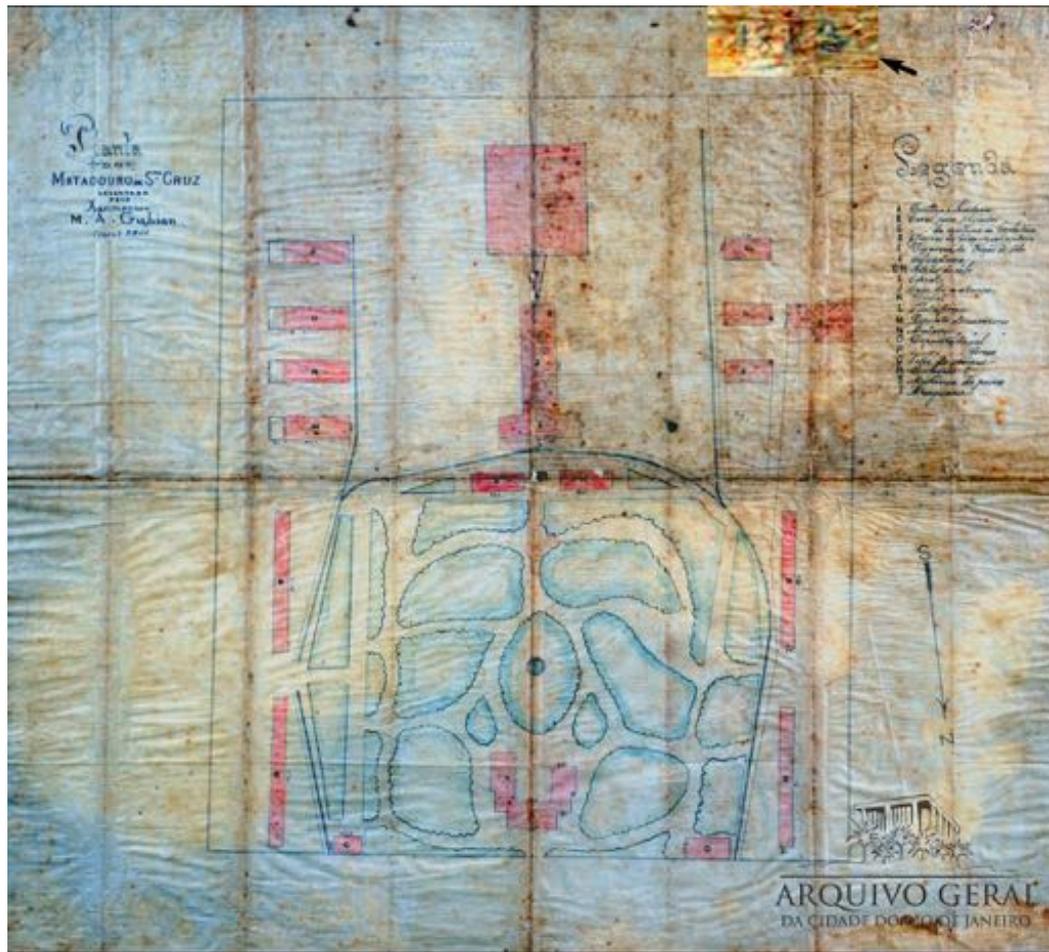


Figura 2 - Planta do Matadouro por Manuel Alexandre Gubian. No detalhe, projeção da data gravada no verso do mapa. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Os traços da planta de Manuel Alexandre Gubian são reproduzidos na Figura 3. No centro, observa-se a estrutura em T formada pela casa de matança e tendal, tal como proposta por Azeredo Coutinho, e que eliminou o arranjo simétrico originalmente projetado para as casas de matança e depósitos. Como relatado por Augusto Coimbra, o tendal ocupou a posição de uma das casas extintas (COIMBRA, 1979e).

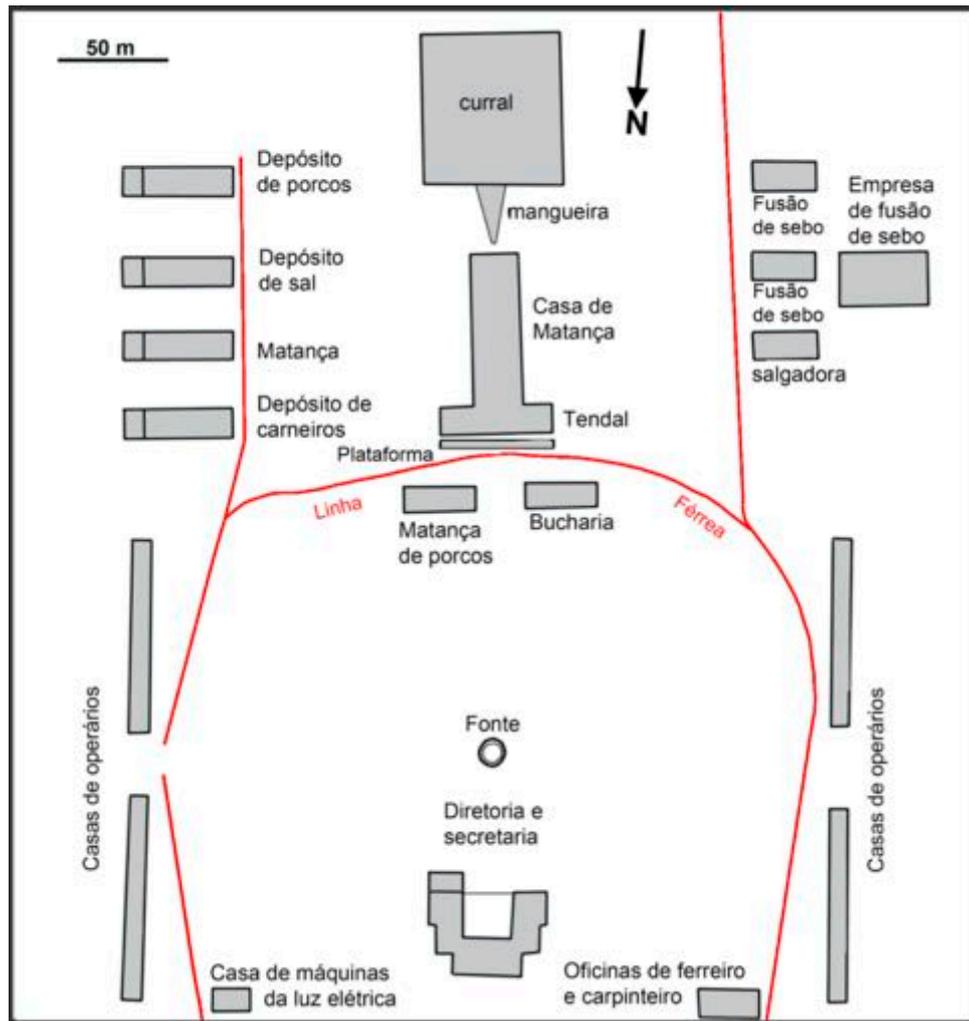


Figura 3 - Transposição da planta de Manuel Alexandre Gubian. Fonte: Soraya Almeida, 2020.

O módulo de abate de bovinos era ligado ao curral por meio de uma mangueira em forma de funil, cujas paredes, revestidas por cantarias, estão ainda bem preservadas. Seu piso era inclinado em rampa suave para o lado do curral e com ângulo acentuado na direção do edifício. Com 17 m de abertura na saída do curral, a mangueira bifurcava-se em corredores com um metro de largura na entrada do matadouro (Figura 4). Sobre os corredores havia um passadiço de madeira onde os magarefes, munidos de estiletes, abatiam os animais. Depois de abatidos, os animais eram postos em carretas e levados sobre os trilhos para o interior do prédio. Nas rampas laterais, eram sangrados, esfolados e esquartejados. Os fluidos gerados no processo escorriam em direção aos bueiros, que retinham os resíduos sólidos (Figura 5). Após o esquartejamento, as peças seguiam para o tendal anexo (INAUGURAÇÃO DO NOVO MATADOURO, 1881).



Figura 4 - Mangueira. (a) Visão externa. (b) Visão interna. No canto inferior esquerdo, imagem esquemática da bifurcação junto à entrada da casa de matança de bovinos. As letras em vermelho assinalam o local de tomada da imagem. Fonte: Soraya Almeida, 2014.

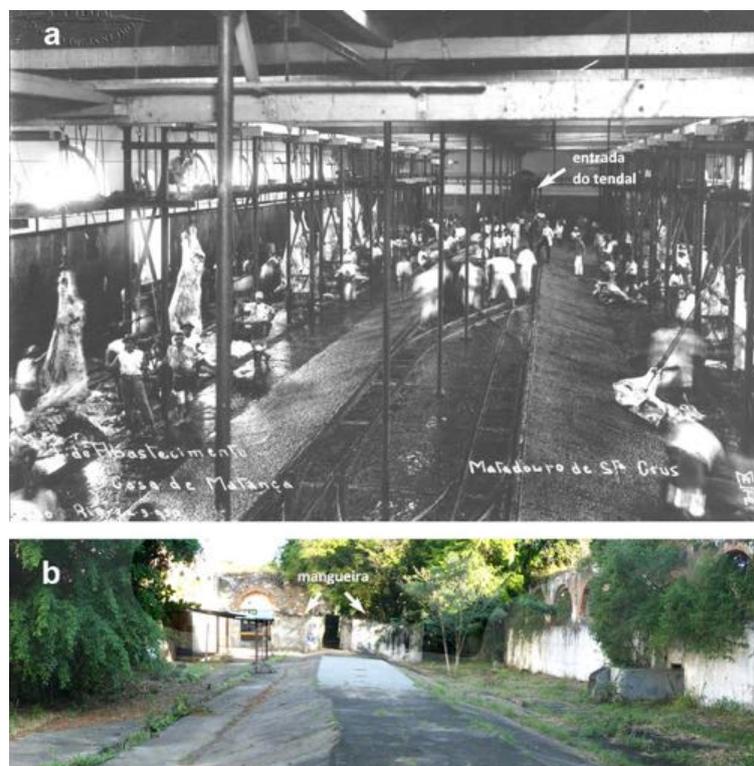


Figura 5 - (a) Imagem do interior da casa de matança tomada do passadiço sobre a mangueira. Ao fundo, porta de acesso ao tendal. No centro, trilhos sobre superfície elevada com rampas laterais. Foto de Augusto Malta, 1930. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. (b) Condições atuais da casa de matança mostrando a saída da mangueira ao fundo. Fonte: Soraya Almeida, 2014

O prédio da casa de matança, também conhecido como matadouro central, possuía 22 m de largura, 70 m de comprimento e 6,5 m de pé-direito. As janelas eram meios óculos de arcos abertos, com 2 m de flecha, posicionadas 4 m acima do piso (Figura 6), altura que configurava o dobro da exigida para janelas de matadouros a fim de garantir a circulação de ar e permitir a entrada de luz pelo maior tempo possível (HEISS, 1907; VARGUES, 2014).



Figura 6 - (a) Aspecto externo da casa de matança de bovinos em 1930. À direita, observa-se telhado do tendal. Fotos de Augusto Malta. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

O abatedouro de suínos e a bucharia foram instaladas nos fundos do tendal (Figura 3), seguindo a tendência Europeia de separar animais de grande e pequeno porte (HEISS, 1907). As características das construções destinadas ao abate de animais de menor porte eram semelhantes às do matadouro central, diferenciando-se por ter dimensões mais reduzidas pela ausência de guindastes e de rampas de inclinação elevada. Imagens do início do século XIX mostram que esses edifícios foram depois ampliados.

As ruínas da bucharia preservam as cantarias dos tanques utilizados na limpeza e preparo de vísceras, assim como os ferros onde eram fixados os ganchos para suspensão das tripas (Figura 7)

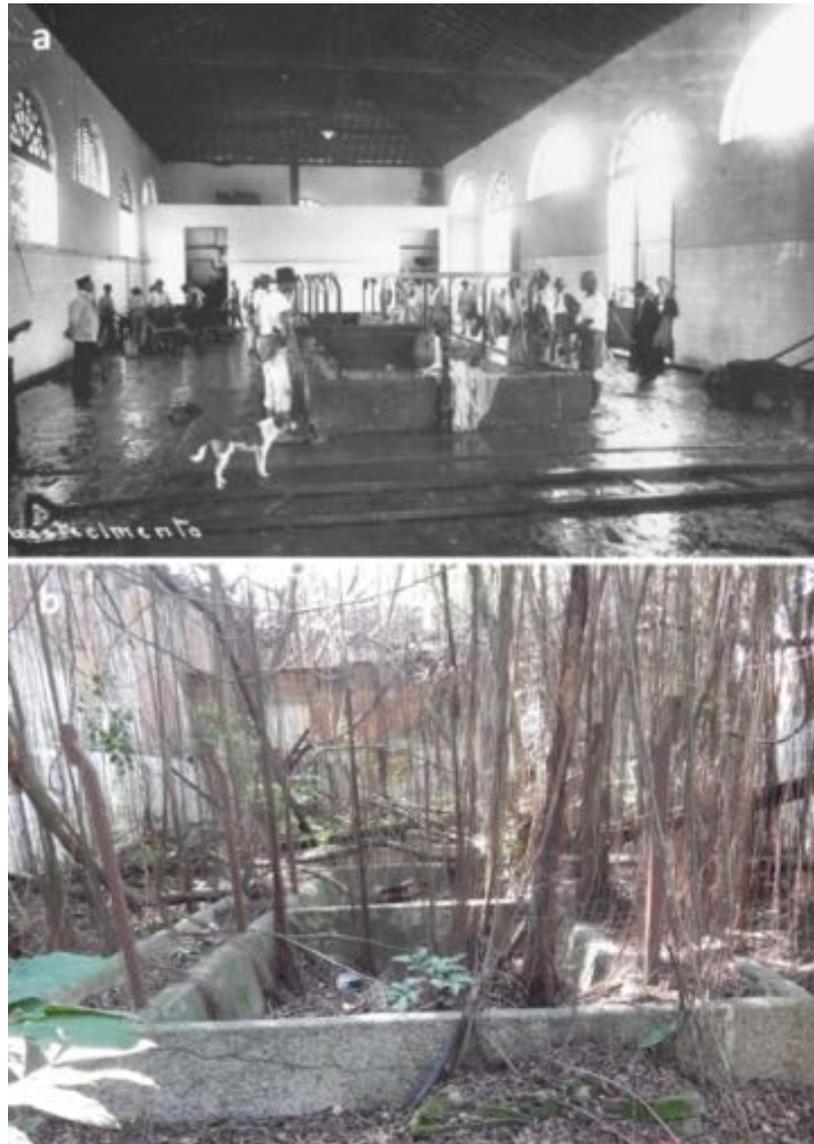


Figura 7 - (a) Bucharía em imagem de Augusto Malta, 1930. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. (b) Bucharía em 2014. Fonte: Soraya Almeida, 2014.

Margeando o tendal estava a plataforma da linha férrea que conectava os diferentes setores (Figura 3). Construída com alvenaria de pedra e cantaria, a plataforma encontra-se em bom estado de conservação, assim como rampa e escadas que ligam a plataforma ao tendal. Os trilhos eram assentados sobre terrenos inclinados e os vagões se movimentavam pela força da gravidade. O trecho que separava o tendal da casa de matança de porcos e da bucharia foi posteriormente coberto com telhas a fim de proteger da luz do sol as carnes embarcadas. Com a construção de novos prédios, houve expansão das linhas de conexão. Fotografias obtidas por Augusto Malta entre 1920 e 1930 mostram que as linhas férreas foram, posteriormente, estendidas a todos os setores do matadouro.

A Estação do Matadouro foi inaugurada em 1884 para atendimento dos trabalhadores e moradores locais e desativada em 1976 (WEYRAUCH, 2013). Apesar do tombamento municipal definitivo em 1993, foi ocupada por famílias que não permitem o acesso ao edifício, hoje desfigurado e cercado por muros.

O conjunto de edifícios destinados ao processamento de sebo ficava nos fundos, em posição recuada a fim de diminuir os efeitos da emissão dos gases produzidos durante a fervura.

A preocupação com a qualidade do ar também definia a posição do parque situado entre a zona industrial e a área residencial, pois suas árvores funcionavam como uma barreira amenizadora dos odores provenientes do matadouro. Segundo FREITAS (1977), a praça chegou a abrigar 420 árvores copadas.

O prédio administrativo destacava-se esteticamente das demais construções (Figura 1). Embora muitos julgassem a ornamentação do edifício um desperdício de dinheiro público, o desenho mais elaborado das sedes administrativas era comum em toda a Europa onde, em muitas cidades, o prédio mais luxuoso era o do matadouro (CASH, 1907). A necessidade de diferenciar os edifícios administrativos também se justificava por serem residência das famílias dos diretores e médicos (HESS, 1907). Além do mais, os prédios da administração normalmente compunham as fachadas dos matadouros e sua beleza arquitetônica era uma compensação estética à existência de um espaço destinado a realização da morte (VARGUES, 2014).

Os conjuntos residenciais destinados aos trabalhadores possuíam pés-direitos em torno de 6m e ficavam nas laterais da praça, nos fundos do prédio administrativo (Figuras 3 e 8). Esses edifícios ainda são utilizados como residências, mas suas fachadas foram descaracterizadas (Figura 8c). No período de realização dessa pesquisa, apenas uma das moradias da ala leste possuía portas e janelas originais. Essa ala, embora melhor preservada estava com sua perspectiva bloqueada por um *outdoor*.

A casa de máquinas da luz elétrica e a oficina de ferreiro e carpinteiro ocupavam posições que, de acordo com o edital, seriam destinadas às casas de pesagem, que não chegaram a ser instaladas (Figura 3).



Figura 8 - (a) Ala leste das moradias de funcionários. A barra vermelha assinala a presença humana, para efeito de escala. (b) Fundos da ala leste. Fotos de Augusto Malta, 1930. Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (c) O mesmo conjunto em 2009. Fonte: Google Earth, junho de 2009.

Na Figura 9, a planta de Alexandre Gubian é sobreposta à imagem de satélite. Nela, observa-se que muitos dos edifícios originais estão sendo utilizados pela FAETEC. As estruturas em estado de ruína concentram-se na área coberta por densa vegetação. Há, entre elas, construções posteriores a 1883, como a estação ferroviária, de 1884; o laboratório dos veterinários, de 1904 (FREITAS, 1977); e as extensão do antigo tendal e bucharia, visíveis em fotografias de Augusto Malta, obtidas entre 1920 a 1930.



Figura 9 - Representação do mapa de Alexandre Gubian (linhas vermelhas) sobre imagem de satélite. (Fonte: Google Earth, 2020). Linhas azul representam ruínas de estruturas construídas após o mapa de Gubian.

Geologia: fator determinante na escolha do local de construção

A relevância de rochas e saibro na construção do matadouro pode ser avaliada pelos valores destinados às despesas com esses materiais no edital de concorrência. Além dos gastos com alvenarias e cantarias embutidos na estimativa de custos dos edifícios, mais de 10% do orçamento foi reservado para despesas com socos, calçamento e nivelamento do solo (DIRETORIA DE OBRAS MUNICIPAIS, 1874).

O contrato firmado com a empresa Coimbra & Farani determinava que as paredes externas dos edifícios fossem de alvenaria de pedra com espessura variando de 0,44 a 0,66 m. Apriscos e currais também deveriam ser erguidos com pedra, assim como os socos dos alpendres, mangueira, quatro pontes sobre o Rio Ita, tanques de limpeza e

preparo das carnes. Os pisos das casas de matança deveriam ser revestidos com lajes apicoadas e suas paredes com cantarias até uma altura mínima de 3,3 m. As paredes da mangueira também receberiam proteção de cantaria e calçamento (BRASIL, 1875). Apenas o muro que contornava o parque industrial utilizou em torno de 2000 m³ de alvenaria de pedra (COIMBRA, 1879d).

O grande volume de rochas demandado pelas obras tornava imprescindível a existência de uma jazida nas proximidades da construção. O uso de alvenaria de pedra era então comum no Rio de Janeiro (ALMEIDA & PORTO Jr. 2012), mas o emprego de cantarias no revestimento de paredes e pisos e na construção dos tanques também possuía propósitos sanitários. Na Europa, a maioria dos pisos dos matadouros era revestida com granito, sendo recomendado o uso de grandes lajes, de forma a diminuir o número de juntas (HEISS, 1907). Sem revestimento, o solo ficava encharcado pela mistura de água, sangue e urina. A rocha apicoada também era pouco escorregadia, resistente ao choque e ao peso dos animais. Pisos de madeira eram permeáveis e o uso de asfalto inadequado, como demonstra documento enviado em 1855 pelo chefe de polícia paulistano Fernando da Fonseca, à Câmara Municipal, solicitando o revestimento com pedra lavrada do piso da casa de matança de São Paulo, pois água e sangue se acumulavam nos buracos que frequentemente surgiam no asfalto (REPARTIÇÃO DA POLÍCIA, 1855).

Após a escolha da Fazenda Imperial de Santa Cruz como local de instalação do matadouro, iniciou-se o debate sobre qual o sítio mais adequado a sua construção nos limites da fazenda. Três áreas eram sugeridas: a região do antigo Curtume, nas proximidades da Ponte dos Jesuítas; a Barra do Guandu, junto à Baía de Sepetiba; e o Campo de São José, próximo ao povoado de Santa Cruz. Antônio Barroso Pereira, presidente da Câmara Municipal, julgou ser o Campo de São José o sítio mais apropriado por possuir terrenos elevados, estar às margens de um rio e ter pedra e terra em abundância (NOVO MATADOURO, 1874a).

Do ponto de vista geológico, o Campo de São José era, de fato, a melhor escolha dentre as três opções, pois era o único a possuir uma jazida de rochas nas proximidades. Na região do Curtume, a pedreira mais próxima estava a 2 km (ALMEIDA, 2019) e o transporte do material ao local da construção em muito encareceria a obra. A Barra do Guandu, por sua vez, além de não possuir jazidas em suas proximidades, está localizada em área de mangue, na desembocadura do rio.

Adjacente ao Campo do São José existia uma pedreira explorada desde o século XVIII (ALMEIDA, 2015). O morro da pedreira, hoje conhecido como Morro do Cruzeiro,

também era capaz de fornecer o saibro necessário ao aterramento da área. Além do mais, o campo distava apenas 5 km da Baía de Sepetiba, metade da distância existente entre o Curtume e a costa, e quanto mais distante do mar, maior seria a área sujeita a contaminação pelos detritos.

A Figura 10 ilustra a posição do Morro do Cruzeiro em relação ao matadouro. No período em que a região era administrada pelos inacianos, a elevação era conhecida como Atalaia dos Jesuítas. Durante o Império, quando lá foi instalado um mirante, era dita Morro do Mirante ou Morro da Boa Vista. Em plantas realizadas em exercícios militares ao final do século XIX aparece com a designação de Morro da Pedreira. Sua porção oeste, nas proximidades do matadouro, é conhecida como Morro do Bodegão. Com a instalação de um reservatório em seu topo, passou a ser reconhecida como Morro da Caixa D'Água e, em 1967, quando ali foi instalada uma cruz, passou a ser chamada de Morro do Cruzeiro (DIAS, 2015). Apesar das várias designações recebidas ao longo do tempo, trata-se de uma mesma unidade geológica estruturada na direção NE-SW.

O morro forneceu todas as rochas empregues na construção do matadouro e em seu topo ainda podem ser vistas partes de ferragens utilizadas na descida dos blocos empregados na produção de cantarias. Para o aterramento da área, grandes volumes de saibros foram retirados de suas bordas e de uma pequena colina ao sul da construção. A retirada desse material alterou significadamente a forma destas elevações (Figura 10).

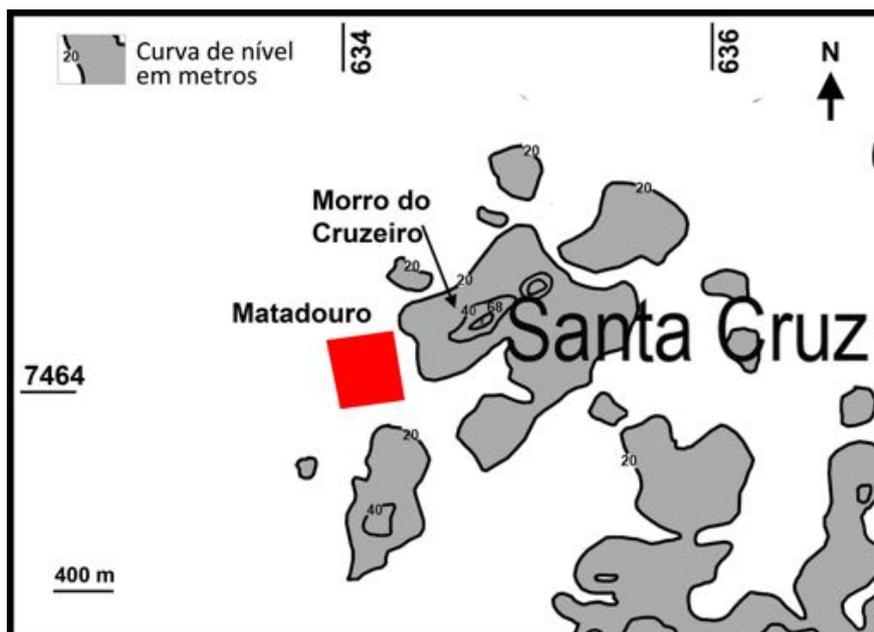


Figura 10 - Posição do matadouro em relação ao Morro do Cruzeiro. Observar cortes produzidos por escavação no extremo sudoeste do morro e na colina ao sul do matadouro.

Além de estarem próximas da construção, as rochas possuíam coloração clara, como recomendado pelos higienistas. Segundo Augusto Coimbra as cantarias eram trabalhadas a picão na própria obra (COIMBRA, 1879e). O relato do engenheiro é confirmado pela presença de um bloco parcialmente trabalhado entre as ruínas (Figura 11).

As pedras para a instalação de macadame também foram preparadas no canteiro de obras utilizando-se um triturador de mandíbula Blake recebido da Inglaterra em abril de 1877 e que teria sido a primeira máquina do gênero na cidade (NOTÍCIAS, 1877).

A pedreira, também administrada por Augusto Coimbra, inovou ao fazer uso de *puddrolythe* (ou *puderolythe*), pólvora não explosiva patenteada no Rio de Janeiro em 1874 pelo italiano Alexandre Gasparoni (PUDEROLYTHE, 1874; PUDROLYTHE, 1876). Mortes associadas ao uso de explosivos eram frequentes nas pedreiras da cidade e o composto fabricado por Gasparoni oferecia maior segurança às operações dos cavouqueiros. FREITAS (1977) e COSTA (2016) relatam cinco mortes ocorridas nas obras do matadouro devido a desmoronamentos da barreira de extração de aterro, mas não há relato de mortes na pedreira.



Figura 11 - Bloco de gnaíse com entalhe de cantaria não finalizada encontrado na área das ruínas.

Se a existência da jazida foi determinante na escolha do Campo de São José como local de construção do matadouro, as condições geológicas dos terrenos foram, posteriormente, responsáveis por mais alterações do projeto. A planta original previa que as construções do setor industrial deveriam ser dispostas simetricamente nas laterais da avenida que o ligava ao prédio administrativo. Entretanto, ainda na fase de aterramento, Augusto Coimbra constatou que a área demarcada para a construção de alguns prédios era alagada em demasia (COIMBRA, 1879a). Esses alagados decorrem da existência de camadas argilosas abaixo da superfície que, por serem pouco permeáveis, dificultam o escoamento, dando origem a grandes bolsões d'água.

A escolha de uma nova área gerou uma série de discordâncias entre Augusto Coimbra, o engenheiro fiscal, a Câmara Municipal e o Ministério dos Negócios. Depois de quase um ano de discussões, o ministério decidiu erguer os prédios no local originalmente determinado no contrato. Coimbra obteve, contudo, permissão para deslocar as obras em aproximadamente 100 m na direção do morro, onde os terrenos eram um pouco mais secos. Esse deslocamento foi o responsável pela descontinuidade da avenida que conectava o edifício administrativo, o parque e o setor industrial como ilustrado na Figura 12.

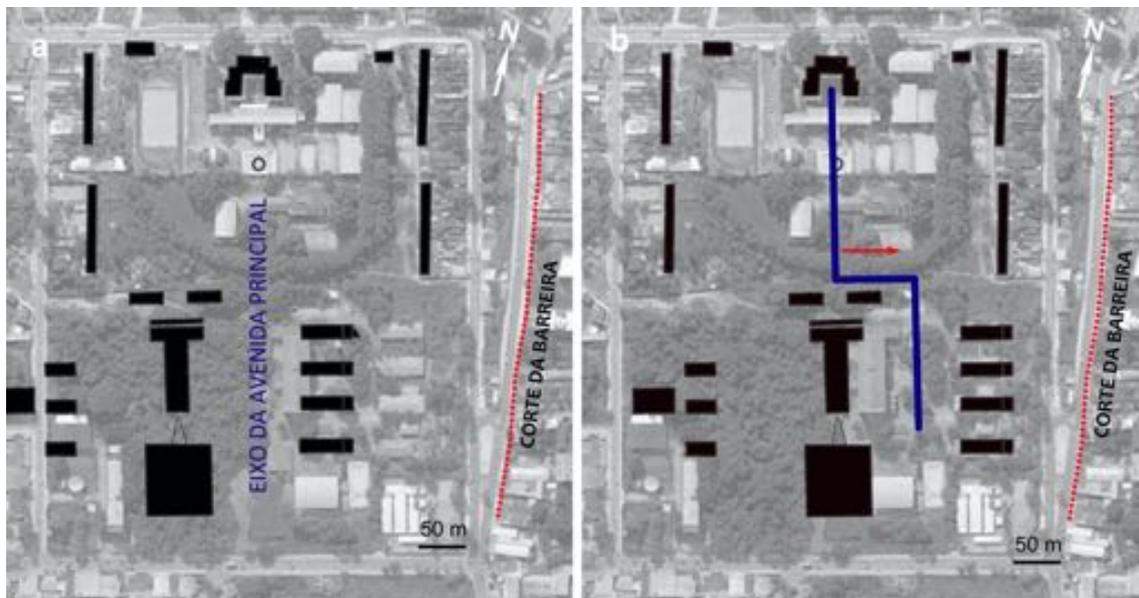


Figura 12 - (a) Distribuição dos edifícios segundo proposta original. (b) Posição adotada após deslocamento em direção ao Morro do Cruzeiro. Representação sobre imagem de satélite. Fonte Google Earth, 2020.

As ruínas como testemunho da história geológica

FARIA (2015) realizou um estudo sistemático das rochas do matadouro, descrevendo seus aspectos petrográficos e suas relações com as rochas aflorantes no

Morro do Cruzeiro, reconhecido como a única fonte das rochas usadas em sua construção.

No prédio administrativo do matadouro, hoje sede do Centro Cultural Dr. Antônio Nicolau Jorge, a alvenaria de pedra foi exposta pelas obras de revitalização realizadas nos 1990s. Nas Ruínas do Matadouro, a exposição das alvenarias é parcial, pois várias paredes ainda preservam reboco e emboço ou estão revestidas com cantaria, também presente nos pisos, na mangueira e nos adornos de portas e janelas. São também de cantaria os tanques da bucharia, escadas, rampas e arremates da plataforma. Diferentes direções de corte permitem visualizar a variedade de texturas e estruturas das rochas extraídas na pedreira.

Nos afloramentos do Morro do Cruzeiro são encontradas rochas com estrutura de fluxo ígneo definida por cristais orientados de feldspato idiomórfico e por enclaves máficos. Texturas ígneas relictas são também observadas em rochas do matadouro. São comuns cristais idiomórficos zonados de plagioclásio e bolsões anortosíticos que gradam para tonalito. A rocha ígnea deformada dá origem a gnaisses porfiroclásticos, cujo tipo dominante, tanto entre as rochas do matadouro como em afloramentos, é um granada gnaiss tonalítico, com porfiroclastos orientados de plagioclásio de 3 a 5 cm em matriz de granulação fina contendo granada, biotita, feldspatos e quartzo. Granada apresenta cor rosa ou vermelha, hábito arredondado e grãos variando de poucos mm a 1 cm de diâmetro e também ocorre nos tipos com textura ígnea preservada.

A variação no grau de deformação e das associações metamórficas produzidas por hidratação do protólito ígneo ao longo de zonas de cisalhamento foram responsáveis pela geração de rochas com aspectos distintos, mas geneticamente relacionadas. Variações composicionais e texturais observadas nas superfícies das cantarias também decorrem de cortes ao longo de planos distintos da rocha gnaissificada. Em alguns cortes, o conteúdo de granada é maior que 30%, resultando em peças de grande beleza.

Gnaisses tonalíticos são cortados por veios tardios de granito róseo de granulação média, por álcali-granito de granulação grossa e por veios de quarto.

Rochas correlatas às do Morro do Cruzeiro são também encontradas na antiga sede da Fazenda Jesuítica; na construção conhecida como Casa do Sal, que lhe é próxima (Figura 13) e no marco comemorativo do 1º centenário da anexação de Santa Cruz ao Distrito Federal (Figuras 14 e 15). O marco, montado em 1933 pelo Centro Agrícola de Santa Cruz, foi construído com blocos do alicerce da igreja que estava sendo erguida pelos jesuítas no largo frontal à sede da fazenda quando os jesuítas

foram expulsos do Brasil. Tratam-se, portanto, de cantarias elaboradas antes de 1759. O maior bloco do monumento, com cinco toneladas e meia, foi arrastado para a Praça do Gado por um trator Diesel, tido à época como o exemplar mais possante existente na América do Sul e que havia sido importado exclusivamente para os trabalhos de saneamento do Centro Agrícola de Santa Cruz (UM CHURRASCO, 1933; O CENTENÁRIO, 1934).



Figura 13 - Detalhe de alvenaria da Casa do Sal: rochas correlatas às do Matadouro Imperial. Fonte: Soraya Almeida, 2012.



Figura 14 - Detalhe do monumento comemorativo do 1º centenário de anexação de Santa Cruz ao Distrito Federal: rocha do Morro do Cruzeiro trabalhada em cantaria no século XVIII.



Figura 15 - Inauguração do marco comemorativo em janeiro de 1934: cantaria com mais de 5 toneladas. Fonte: O Centenário (1934).

A descrição das rochas do Morro do Cruzeiro em mapas geológicos regionais diverge, contudo, daquelas observadas em afloramentos e nas construções históricas de Santa Cruz (Figura 16). HELMBOLD et al. (1965, Figura 16b) informa ser a elevação composta por microclina gnaisses intercalados com granada gnaisses. O mapa geológico publicado pela Companhia de Recursos Minerais (CPRM) em 2001 (SILVA et al., 2001, Figura 16c) correlaciona as rochas do Morro do Cruzeiro à Suíte Rio de Janeiro, formada por ortognaisses e granitóides, entre os quais está incluído o gnaiss facoidal típico das cantarias oitocentistas do Rio de Janeiro que, apesar de também possuir textura porfiroclástica, apresenta composição distinta das rochas de Santa Cruz. Em mapa mais recente, também editado pela CPRM (HEILBRON et al. 2016) as mesmas rochas são correlacionadas ao Grupo São Fidélis, formado por gnaisses supracrustais kinzigíticos com intercalação de quartzitos, calcissilicáticas e anfibolitos (Figura 16d).

Nenhuma das descrições de âmbito regional é compatível com as rochas do Morro do Cruzeiro, cujas características sugerem metamorfismo de alto grau de um protólito ígneo com formação de granada, seguido de retrometamorfismo com substituição de granada por biotita em zonas de cisalhamento (Figura 17). Petrograficamente, são rochas semelhantes aos gnaisses charnokíticos que afloram na Ilha Grande e na Ilha de Marambaia, a sudoeste de Santa Cruz.

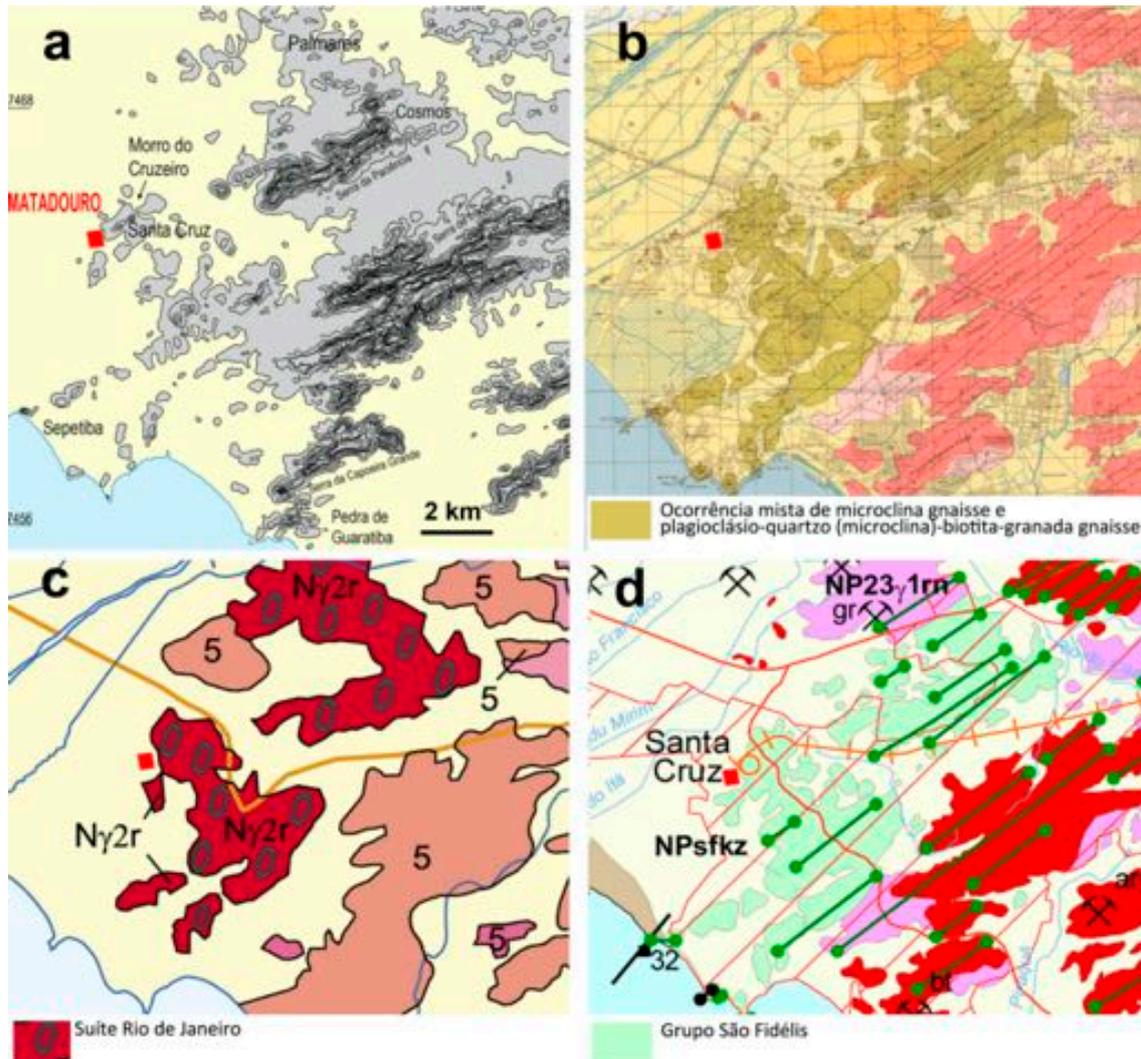


Figura 16 - (a) Posição do matadouro e do Morro do Cruzeiro em mapa topográfico. (b) Detalhe do mapa geológico de Helmbold et al. (1965). (c) Detalhe do mapa geológico de Silva et al. (2001); (d) Detalhe de mapa geológico de Heilbron et al. (2016).



Figura 17 - (a) Textura preservada de fluxo ígneo em afloramento do Morro do Cruzeiro (b) Mesma rocha, gnaissificada. (c) Concentração de feldspatos com passagem gradativa para rocha de composição tonalítica em cantaria do matadouro. (d) Gnaiss em cantaria do matadouro. Observar presença de granada (cristais arredondados avermelhados) em todas as amostras. Fonte: Soraya Almeida, 2014.

A diversidade de interpretações nos mapas geológicos revela a conveniência de mapeamentos mais detalhados da região. Em 1918, o pesquisador Everardo Backeuser atribuiu a carência de dados geológicos dessa área ao elevado grau de alteração das rochas e a escassez de pedreiras, então abundantes nas áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro (BACKEUSER, 1945). No caso específico do Morro do Cruzeiro, as rochas foram desmanteladas por mais de duzentos anos de exploração, restando apenas um pequeno núcleo preservado (ALMEIDA, 2015). Nesse cenário, as rochas expostas no matadouro constituem um importante testemunho da geologia local.

É necessário adicionar que, nos dias atuais, o exame das rochas dos morros da cidade do Rio de Janeiro é dificultado, ou mesmo impossibilitado em alguns locais, não só pelo crescimento da malha urbana sobre os afloramentos, mas também pela existência de conflitos armados entre traficantes e milicianos.

Considerações Finais - Razões para reabilitar as Ruínas do Matadouro

O registro geológico preservado em suas paredes é apenas uma das muitas razões que justificam a preservação e reabilitação (no sentido de adaptação ao uso útil) das Ruínas do Matadouro. Memórias do cotidiano e do modo de vida de várias gerações

de moradores de Santa Cruz estão diretamente ligadas ao abatedouro. Durante a fase de aterramento, a obra chegou a empregar mais de 800 trabalhadores simultaneamente (COIMBRA, 1879b) e os primeiros habitantes de seu entorno foram os trabalhadores contratados para sua construção. A partir de sua instalação, a vida econômica e social do bairro passou a girar ao seu redor.

Os moradores guardam memórias emotivas desse período de abundância, como a imagem bucólica dos currais, a fuga de bois, festas populares e, também, da escola do matadouro. Por quase 100 anos o antigo edifício da administração teve suas salas dedicadas à escolarização de crianças e adolescentes. Primeiro, apenas para filhos dos funcionários; com cursos técnicos a partir da década de 1920; e como escola de ensino básico, desde 1946. Na década de 1970, a escola foi transferida de local, quando o prédio precisou ser interditado devido as más condições.

A criação do matadouro moderno em 1977 não correspondeu às expectativas de retorno ao antigo esplendor econômico. A construção deu-se em meio a disputas políticas, estimulada pela memória de “tempos melhores”, mas o projeto não evoluiu da forma desejada. Em 1990, o matadouro tinha apenas 105 funcionários com salários pagos pelo estado e despesas superiores à receita (ABATEDOUROS CLANDESTINOS, 1990).

Assim como em Santa Cruz, vários matadouros foram fechados em todo o mundo e, nos últimos dez anos, a reutilização desses antigos prédios passou a integrar projetos de melhoria de condições urbanas, tanto pelo seu valor histórico, como por observância aos princípios ambientalistas que preconizam o aproveitamento de espaços construídos ao invés da construção de novos imóveis. A grande maioria dos matadouros foi adaptada para fins educativos e culturais, transformando-se em galerias de arte, museus, cinemas, escolas, centros esportivos e teatros. Mas também há casos de aproveitamento comercial, como restaurantes, lojas e escritórios.

A instalação de uma escola técnica, em edifícios do setor industrial, e de um centro cultural no antigo prédio administrativo, foram iniciativas bem sucedidas e que deram origem a instituições valorizadas pela população de Santa Cruz. Entretanto, os prédios que compõem as ruínas permanecem sem uso, em situação de depredação acelerada, com seus interiores abrigando mato, árvores de grande porte e lixo. Essa situação de abandono é lastimável, pois as ruínas preservam elementos que constituem fontes de informações para pesquisas de vários ramos da ciência e que não são mais visíveis nas construções reformuladas do setor industrial. Vargues (2014) atenta que a percepção dos matadouros como local de morte e o desconhecimento dos mesmos

como legados de valor faz com que se ignore o fato de que essas estruturas são objetos arquitetônicos irrepetíveis, com registros tecnológicos, científicos, sociais, políticos e econômicos representativos de um período histórico. Ao permanecerem sem uso, em estado de degradação, os antigos matadouros se transformam em vazios urbanos e, quando em estado de ruínas, em vazio urbano decadente. São instalações que gradualmente perdem suas características originais tornando-se, por vezes, locais de realização de atividades ilícitas, o que leva a população a descrer de sua recuperação.

São muitas as possibilidades de uso, cabendo à comunidade decidir em conjunto com o poder público e com setores privados, aquelas que melhor atendem às suas necessidades. Uma opção seria um projeto que visasse a utilização do espaço preservando partes das ruínas e da vegetação, criando condições de acessibilidade e mecanismos de proteção, entre eles a colocação de coberturas em locais estratégicos, pois a retirada do telhamento constituiu o maior fator de degradação desses edifícios. Essa possibilidade está em consonância com a ideia de John Ruskin de haver beleza resultante da ação da natureza sobre as construções (RUSKIN, 1900). Isso é particularmente verdadeiro entre as Ruínas do Matadouro Imperial, onde é impossível ao visitante não se impressionar com a grandiosidade da vegetação aderida a arquitetura. Entretanto, essa beleza divide espaço com o lixo deixado por visitantes não autorizados e o espaço requer a implementação de um projeto que permita o aproveitamento útil das ruínas.

Assim como ocorre em questões de infraestrutura e planejamento urbano, há carência de programas públicos que valorizem a identidade histórica e arquitetônica de bairros distantes do eixo Leme-Pontal, o que torna o Rio de Janeiro uma cidade desconhecida de seus próprios habitantes. Não há, por parte dos sucessivos governos, fiscalização ou ações que garantam o cumprimento das resoluções oficiais que determinam a preservação de patrimônios localizados fora das zonas turísticas tradicionais.

Por fim, o descaso com a estética da periferia ecoa o pensamento dos políticos que, no século XIX, acreditavam que os gastos com o aprimoramento arquitetônico do matadouro eram supérfluos. Ao negar a beleza arquitetônica da planta industrial, negava-se o direito de desfrute estético por parte dos trabalhadores e da população de seu entorno. A falsa percepção de que projetos de embelezamento são desnecessários em bairros habitados predominantemente por operários tem, lamentavelmente, prevalecido nas administrações modernas.

Referências

- ACTOS OFFICIAES. *Revista de Engenharia*, Rio de Janeiro, ed. 225, p. 6, 14 set., 1890.
- ABATEDOUROS CLANDESTINOS. O Globo, Rio de Janeiro, 17 jun. p. 34, 1990.
- ALMEIDA, Soraya; PORTO Jr., Rubem. Cantarias e pedreiras históricas do Rio de Janeiro: instrumentos potenciais de divulgação das ciências geológicas. *Terrae Didática*, Campinas, v.8, n. 1, 2012.
- ALMEIDA, Soraya. Reconhecimento da mineração como atividade relevante na história da Fazenda Santa Cruz, RJ. In: III Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico, 2015, Lençóis. *Anais*. Lençóis: UFBA. 2015. p. 541-544.
- ALMEIDA, Soraya. Ponte dos Jesuítas, Rio de Janeiro (RJ). Uma análise de seus elementos com base na integração de registros textuais, iconográficos e petrográficos. *Anais do Museu Paulista*, v. 27, 1-44, 2019.
- ALMEIDA, Soraya; IZAIAS, Manuel G.S. Argamassas das Ruínas do Matadouro Imperial de Santa Cruz: conectando história e geologia. *Terrae Didática*, Campinas, v. 16, p. 1-12, 2020.
- ANÚNCIOS. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 jun., ed.163, p. 4. 1901.
- ATA da 13ª SEÇÃO ordinária. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 abr., ed. 99. 1896.
- BACKHEUSE, Everardo. Os Sambaquis do Distrito Federal. Transcrição de conferência pronunciada em 10 de outubro de 1918 na Escola Politécnica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 32, p.1058-1068, 1945.
- BOSI, Antônio P. Dos açougues aos frigoríficos. Uma história social do trabalho na produção de carne. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 19, n. 1, p. 83-103, 2014.
- BRASIL. Ministério do Império. *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 2ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Negócios do Império Conselheiro Carlos Leoncio Carvalho*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1879. 285 p.
- BRASIL. *Relatório da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte*. Rio de Janeiro, mar., Anexos, p.2, 1875.
- CAMARA MUNICIPAL. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, ed. 177, p. 2, 27 jun., 1885.
- CARVALHO, Felipe (Org.). *Inventário Preliminar de Bens Musealizados 2016*. Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria de Cultura, Rio de Janeiro, 2016. 42 p.
- CASH, Charles. *Our Slaughter-house System*. George Bell & Sons. London. 1907. 230 p.
- COIMBRA, Augusto T. Obras do Novo Matadouro VIII. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 326, 22 nov., p. 4, 1878.
- COIMBRA, Augusto T. Obras do Novo Matadouro III. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 6, 6 jan., p. 3, 1879a
- COIMBRA, A.T. Obras do Novo Matadouro IV. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 12, 12 de jan., p. 3, 1879b.
- COIMBRA, Augusto T. Obras do Novo Matadouro VIII. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 40, 9 fev., p. 2, 1879c

- COIMBRA, Augusto T. Obras do Novo Matadouro IX. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 48, 17 fev., p. 2, 1879d
- COIMBRA, Augusto T. Obras do Novo Matadouro XI. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 61, 2 mar., p. 3, 1879e
- COIMBRA, Augusto T. Obras do Novo Matadouro XIII. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 75, 16 mar., p. 3, 1879f
- COSTA, Edite M. *Do Boi só não se aproveita o berro!* O comércio de carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890) (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.
- DEVRON, Gustavus. Abattoirs. *Public Health Papers and Reports*, New Orleans, v. 6, p. 217-230, 1880.
- DIAS, Vera. *Inventário de Monumentos, RJ*. Catálogo: Cruz do Morro do Mirante, 2015. Disponível em <http://inventariodosmonumentosrj.com.br/?iMENU=catalogo&iiCOD=1446&iMONU=Cruz%20do%20Morro%20do%20Mirante>. Acesso em: 16 ago. 2019.
- DIRECTORIA DAS OBRAS MUNICIPAIS. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 27, 24 set., p. 4, 1874.
- FARIA, Luciana A. *Estudo petrográfico arqueológico das rochas do Matadouro Imperial de Santa Cruz*. 2015. 76 f. Monografia (Graduação em Geologia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.
- FREITAS, Benedicto. *O Matadouro de Santa Cruz - Cem anos a serviço de uma comunidade*. Rio de Janeiro. Edição do Autor. 1977. 136 p.
- FUENTES, José M.; GARCIA, Ana I.; GONZALLES-MONTELANO, Carlos; GALLEGU, Eutíquio; AYUGA, Francisco. Reuse of vacant agro-industrial buildings. The case of the public slaughterhouses in Spain. In: International Conference of Agricultural Engineering, 2012. Valencia. *Conference Papers*. CIGR-Ageng2012. 2012. p. 1-6
- HEILBRON, Monica; EIRADO, Luiz G.; ALMEIDA, Júlio L. *Mapa de Recursos Minerais do Rio de Janeiro*. Escala 1:400.00. Programa Geologia do Brasil. Mapas Estaduais. CPRM – Serviço Geológico do Brasil. 2016
- HEISS, Hugo. *The German Abattoir*. George Bell & Sons. London. 1907. 230 p.
- HELMBOLD, Reinhard; VALENÇA, Joel G.; LEONARDO Jr. Otho H. *Mapa geológico do Estado da Guanabara*. Escala. 1: 50.000. 3 Folhas. MME/DNPM. 1965.
- INAUGURAÇÃO do Novo Matadouro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 363, 31 dez., p. 4, 1881.
- LABBÉ, Ronald M.; LURIE, Jonathan. *The slaughterhouse cases. Regulation, reconstruction, and the fourteenth amendment*. Abridged: Ed. Kansas. 2005. 205 p.
- LAEMMERT, Eduard. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1897*. Rio de Janeiro: E.H. Laemmert. ed. 54, 1897. 1342 p.
- MACLACHLAN, Ian. A bloody offal nuisance: the persistence of private slaughterhouses in nineteenth-century London. *Urban History*, Cambridge, 34, 2: 227- 254. 2007.
- MATADOURO, boa tecnologia, poucos bois. *O Globo*. Rio de Janeiro, 22 jul., p. 23., 1990
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *O Globo. Órgão da Agencia Americana Telegraphica*. Rio de Janeiro, 2 dez., ed. 120, p. 3, 1874.

MURILHA, Douglas. *O higienismo e a construção dos matadouros e mercados públicos*. 2011. 278 f. Dissertação (Mestrado em Museologia). Pontífice Universidade Católica, Campinas. 2011.

NOTÍCIAS. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, ed. 105, 18 abr., p. 2, 1877

NOVO MATADOURO. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 31, 31 jan., p.2, 1874a.

NOVO MATADOURO. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ed. 357, 27 dez., p.2, 1874b.

O CENTENÁRIO da anexação de Santa Cruz ao Distrito Federal. As festas comemorativas levadas a efeito. *A Noite*, Rio de Janeiro, ed. 7939, 2 jan., p. 5, 1934.

OBRAS DO NOVO MATADOURO VI (Diário Oficial). *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, ed. 278, 7 dez., p. 1, 1878a.

OBRAS DO NOVO MATADOURO VII (Diário Oficial). *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, ed. 282, 12 dez., p. 1, 1878b.

OTTER, Chris. The vital city: public analysis, dairies and slaughterhouses in nineteenth-century Britain. *Cultural Geographies*. 13: 517-537. 2006.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Bens Tombados*. 2018. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/bens-tombados>. Acesso em: 20 dez. 2020.

PUDEROLYTHE. *Publicador Maranhense*. São Luís, ed. 188, 21 ago., p. 3, 1874

PUDROLYTHE. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. ed. 144, 25 mai., p. 1, 1876.

REPARTIÇÃO DA POLÍCIA. *Correio Paulistano*, São Paulo, ed. 321, 18 set., p.2, 1855.

RUSKIN, John. *The Seven Lamps of Architecture and Painting*. The Study of Architecture. Dana Estes & Comp. Publ. Boston. 1900. 432 p.

SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1898*. Rio de Janeiro: E.H, Laemmert. ed. 55, 1898. 1392 p.

SAUER, Arthur. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1901*. Rio de Janeiro: E.H, Laemmert. ed. 58, 1901. 1706 p.

SILVA, Luiz C.; SANTOS, Reginaldo A.; DELGADO, Inácio M.; CUNHA, Hélio, C.S. *Mapa Geológico do Rio de Janeiro*. Escala 1:400.00. CPRM. 2001.

UM CHURRASCO oferecido aos trabalhadores do Centro Agrícola de Santa Cruz. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 76, 29 nov., p. 8, 1933.

VARGUES, Mariana C. *O matadouro como criação moderna: novos destinos para o caso português*. 2014. 219 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidades Lusíadas, Lisboa. 2014.

WEYRAUCH, Cleia S. Do Sertão a Zona Industrial. *Revista Ágora*, Vitória, n. 17, p. 13-31. 2013.

Data de recebimento: 24.01.2021

Data de aceite: 09.03.2021